



ENCONTROS E DESENCONTROS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES)

Marcos Lopes de Souza¹
Natalino Perovano Filho²
Nílio Barboza Carvalho³
Marcos Salviano Bispo Queiroz⁴

Resumo: Esta pesquisa discute as principais confluências e embates relacionados à diversidade de gênero e sexual em um curso de formação docente desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados os materiais produzidos pelas(os) participantes durante o curso, o questionário de avaliação final e as anotações feitas pelos pesquisadores. O trabalho evidenciou que a maior parte das(os) cursistas questionou a naturalização e essencialização dos gêneros, embora apresentassem resistências em lidar com as pessoas que rompem com os enquadramentos, rejeitassem a transexualidade ao entendê-la como aberração e reforçassem a heterossexualidade compulsória. Contudo, a maioria se sentiu mais confiante em falar sobre essas temáticas em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: formação docente, sexismo, homofobia e práticas educativas.

Introdução

Há algum tempo se discute a importância da abordagem sobre as questões relacionadas ao gênero e às sexualidades na formação inicial e continuada de docentes das diferentes áreas do conhecimento, entretanto ainda são poucos os espaços curriculares em que esses debates acontecem. A ausência de momentos de discussão sobre essas temáticas corroboram para que educadoras e educadores reafirmem, cotidianamente, no espaço escolar modelos normativos, hierárquicos e essencializados

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié. E-mail: marcoslsouza@ig.com.br.

² Mestre em Química e Biotecnologia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: natalinofilho@gmail.com.

³ Especialista em Antropologia com ênfase em culturas afro-brasileiras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié. Email: orfeuoprincipe@hotmail.com.

⁴ Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié. Email: farami@uol.com.br.

sobre os gêneros e as sexualidades, silenciando-se diante de situações de sexismo e de homofobia (LOURO, 2008a).

Baseando-se nesses pressupostos, nos anos de 2009 e 2010 foi desenvolvido um projeto de extensão objetivando promover a formação docente no que tange às temáticas de gênero e diversidade sexual com o intuito de sensibilizá-las(os) e motivá-las(os) para a elaboração de práticas educativas que promovam o respeito e o reconhecimento dos gêneros e das sexualidades não hegemônicas.

Este artigo pretende, portanto, debater os pontos de consensos e os conflitos relacionados às questões de gênero e de sexualidades evidenciados pelas(os) participantes durante o curso.

Corpo teórico

Na atualidade tem se ampliado as formas de regulação e de controle dos gêneros e das sexualidades, sendo inúmeras as instâncias autorizadas a explicá-los. Isso tem gerado embates, pois enquanto alguns evidenciam a multiplicidade dos gêneros e sexualidades, outros afirmam a estabilidade e fixidez com base em esquemas binários, classificatórios e hierárquicos.

Para Butler (1999), as sociedades constroem normas ditas regulatórias sobre a sexualidade que são reproduzidas e reiteradas constantemente para sua legitimação. Essas normas têm um caráter performativo, pois ao nomearem os corpos e os sujeitos, os produzem, reforçando a heterossexualidade compulsória e, ao mesmo tempo, produzindo abjetos – os que fogem das normas. Para a autora, o processo de desconstrução discursiva exige uma crítica à oposição binária heterossexual/homossexual, questionando o porquê de a heterossexualidade ser vista como o natural e a norma.

Pensando no espaço escolar, por exemplo, ainda nota-se a construção e reprodução de normas sobre as questões de gênero consideradas, muitas vezes, como imutáveis e inquestionáveis. Ensina-se e naturaliza-se as seguintes ideias: os espaços abertos como a quadra são reservados aos garotos enquanto as garotas devem se restringir a lugares mais fechados e fáceis de serem controlados; os meninos são mais habilitados nas disciplinas de matemática e física enquanto as meninas têm mais aptidões nas áreas de linguagens e humanas; toleram-se menos as indisciplinas das meninas por considerá-las mais quietas e “educadas”; os rapazes sentem mais desejo do que as mulheres entre outras (LOURO, 1997; TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2010).

No cotidiano das escolas não há outras maneiras de pensar e viver o “ser mulher” ou o “ser homem” e, muito menos, as feminilidades ou masculinidades. Professoras e professores se incomodam quando as crianças demonstram atitudes que fogem dessas normas, vigiando-as o tempo todo para que permaneçam nos padrões e nas hierarquias de gênero (FELIPE; GUIZZO, 2004).

As diferenças de gênero também são observadas quando se discute as relações sexuais. Altmann (2007) ao apresentar os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada em uma escola municipal de ensino fundamental do Rio de Janeiro sobre as expectativas de meninas e meninos sobre a primeira relação sexual demonstra o quanto as garotas planejam com quem (rapaz carinhoso e atencioso) e como gostariam de vivenciar esse momento considerado importante em suas vidas (preferencialmente em situação de namoro), diferente dos meninos que anseiam para que esta passagem ocorra o mais rápido possível.

Em se tratando das discussões sobre sexualidade no âmbito escolar, é perceptível a existência de discursos para a regulação e medicalização dos corpos, do sexo e dos gêneros ao propor incansavelmente que se estudem apenas os sistemas reprodutores do homem e da mulher e se preocupe com os índices de gravidez na adolescência e com a transmissão das doenças sexualmente transmissíveis (ALVARENGA; IGNA, 2004; TORRES, 2010). A sexualidade ainda é enfocada numa perspectiva de risco em que o sujeito é o tempo todo lembrado para negociar o sexo seguro, caso contrário será culpabilizado e o castigo virá pelo contágio da doença ou por uma gravidez não planejada. Não se questiona o fato das compreensões de gênero incidir sobre as formas de pensar e viver a sexualidade, os prazeres e de lidar com as situações de vulnerabilidade (MEYER, KLEIN, ANDRADE, 2007).

Assim como os gêneros, as sexualidades são pensadas a partir de uma abordagem normalizadora, definindo o que é legítimo e ilegítimo, o que deve estar no centro e o que é marginal. Dessa forma, a heterossexualidade é compreendida como a única maneira sadia e esperada de viver a sexualidade. É vista como o modelo a ser seguido e tudo o que pretende fugir ou escapar disso é antinatural, desviante e, portanto, deve ser corrigido.

Diferentes estudos e pesquisas têm evidenciado um processo de exclusão e violência em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTTI) no ambiente escolar. A discriminação perpassa por ofensas, piadas que depreciam e por humilhações e chegando até agressões verbais e físicas. No estudo de

Abramovay, Castro e Silva (2004) em capitais brasileiras e no Distrito Federal com 16.422 educandas e educandos (a maioria de 15 a 19 anos), 4532 mães e pais dessas alunas e desses alunos e 3099 pessoas do corpo técnico pedagógico das escolas observou-se que cerca de 25% dos discentes não gostariam de ter um colega homossexual. Essa porcentagem varia conforme a região (geralmente na região nordeste há um preconceito maior com as pessoas homossexuais) e o gênero (as garotas rejeitam menos colegas gays e lésbicas).

Venturi e Bokany (2011) apresentaram os resultados de uma pesquisa mais recente intitulada “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil” objetivando verificar o preconceito e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em duas amostras: uma de natureza probabilística com a população geral (2014 entrevistas) e outra intencional com um grupo de lésbicas e gays (413 entrevistas). Verificaram que 53% das lésbicas e gays entrevistadas (os) já se sentiram discriminadas (os) sendo que o agente discriminador mais apontado foi a família, seguido por colegas da escola e amigos.

Em relação aos gays, por exemplo, algumas pesquisas, como a de ROLAND (2003) ressaltam o fato de que os outros garotos não querem aproximação com eles e não admitem possível paquera, gerando, portanto, um processo de isolamento daqueles que se identificam como gays ou mesmo como travestis. Um dos fatores que interferem neste processo é o fato de muitos meninos afirmarem a masculinidade hegemônica, não aceitando a homossexualidade por associá-la ao feminino e, portanto, respondendo por meio do uso da força física.

Nas pesquisas desenvolvidas, as travestis e transexuais são as que acabam tendo maior dificuldade de lidar com a sua identificação de gênero, sendo rechaçadas pela comunidade escolar. O artigo de Arán, Zaidhaft e Murta (2008) traz relatos da trajetória escolar de transexuais afirmando que estas sofriam agressões verbais e humilhações na escola, sendo chamadas muitas vezes de aberrações. Algumas mencionam que o horário do recreio era o momento de maior tormento e uma delas nunca usava o banheiro da escola com receio de seus colegas. Reidel (2011) ao contar sobre sua trajetória também ressaltava como os meninos a “apelidavam” com nomes de mulheres (Suzi ou Barbie) e o quanto odiava as aulas de Educação Física por ter de jogar futebol, contudo depois que consagrou o time de vôlei masculino da escola como campeão municipal, colegas e docentes passou a ser reconhecida de outra forma.

Ferrari (2010) traz a tona discussões sobre as construções das homossexualidades no cotidiano da escola a partir o caso de um garoto discriminado na sala de aula pelos seus colegas, os quais o associam com a figura de Monalisa. Para o autor muitas vezes os discursos produzidos na escola contribuem para os enquadramentos nas classificações esperadas favorecendo os controles e as interdições. Por outro lado, a escola não ensina os estudantes a se posicionarem para o embate, inviabilizando a construção das identificações que escapam das normatizações.

A comunidade escolar, incluindo direção de escola, corpo docente e demais funcionários(as) assume, muitas vezes, uma postura de distanciamento ou indiferença em relação ao preconceito e discriminação contra LGBTTI corroborando para a invisibilização delas e deles na sala de aula e sendo cúmplice da violência.

No trabalho de Junqueira (2009), ao analisar discursos de gestores escolares e agentes públicos das três esferas de governo que a princípio corroboravam com as propostas do Programa Brasil Sem Homofobia, ele observou uma negação da existência da homofobia na escola e quando acontece é particular, não sendo generalizável. Esta negação é reforçada pela ideia de que na há gays nem lésbicas na escola não justificando a necessidade e importância de políticas públicas para o enfrentamento do preconceito e discriminação. Além disso, a homofobia é vista como menos relevante por ser comparada com questões como evasão, analfabetismo, pobreza e racismo, podendo, dessa maneira, ser adiada. Outro aspecto evidenciado é a antecipação fatalista de algumas pessoas justificando que não adiantará fazer nada, pois isso sempre ocorreu e sempre acontecerá ou mesmo que haverá críticas ou contramovimentos da sociedade.

Como consequência deste processo de marginalização, muitas pessoas entre LGBTTI acabam interrompendo seus estudos por não se sentirem acolhidos no ambiente escolar.

Louro (2008b) apresenta uma proposta de pensar e agir na educação pautando-se numa perspectiva queer em que se discutissem as instabilidades e limitações de todas as identidades analisando as lutas, negociações e conflitos envolvidos nas inúmeras formas de identificação dos indivíduos. Em suas palavras:

Para uma pedagogia e um currículo queer, não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, tornando evidente a heteronormatividade, demonstrando o quanto é necessária a

constante reiteração das normas sociais regulatórias, a fim de garantir a identidade sexual legitimada (LOURO, 2008b, p. 49).

Essa pedagogia queer é subversiva, pretende escapar dos enquadramentos e discutir as lógicas que produzem as posições ditas normais e anormais ou naturais e antinaturais.

Metodologia

Intencionado em debater os principais consensos e dissensos relacionados à diversidade de gênero e sexual em um curso de formação de professoras(es), este estudo teve como pressuposto a abordagem qualitativa de pesquisa, entendendo que esta, conforme Denzin e Lincoln (2006), volta-se para a interpretação ou compreensão de fatos, situações, ideias, pensamentos, opiniões e atitudes individuais e coletivas sobre os mais diferentes assuntos ou fenômenos.

O curso aqui em discussão foi realizado durante os anos de 2009 e 2010 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié e teve como temática as questões de gênero e diversidade sexual na escola. Nos dois anos de execução, os parceiros do projeto foram: Núcleo de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres.

Os participantes do curso eram professoras (es) da educação básica e estudantes dos diferentes cursos de licenciatura da UESB e de outras instituições de ensino superior da região de Jequié-BA. Os encontros eram realizados, quinzenalmente, nos finais de semana (sábado). Nesses dois anos participaram 54 pessoas.

O projeto foi executado em três etapas: 1) discussão das temáticas relacionadas ao gênero e sexualidade; 2) elaboração e execução das propostas de intervenção nas escolas e 3) discussão e avaliação das ações educativas desenvolvidas.

Na primeira etapa, as temáticas discutidas foram: conceito de gênero; feminilidades e masculinidades; religião e homossexualidade; travestilidade e transexualidade; preconceito e violência de gênero e sexual no Brasil; violência contra a comunidade LGBTTI; direitos humanos com ênfase para os grupos minoritários e sexismo e homofobia nas escolas.

Para o desenvolvimento destas discussões foram realizadas diversas estratégias metodológicas, quais sejam: a) exibição e discussão de filmes e documentários; c) leitura de artigos e de textos científicos; d) palestras e exposições de convidadas (os); e)

leitura de boletins e materiais alternativos dos movimentos de mulheres e LGBTTI; f) apresentação das experiências de vida de algumas pessoas da comunidade LGBTTI de Jequié; g) realização de dinâmicas e h) leitura e interpretação de músicas. Esta primeira etapa teve uma duração média de seis meses.

Na segunda etapa, as participantes elaboraram propostas de intervenção para serem desenvolvidas nas escolas em que atuavam. Os projetos apresentavam atividades envolvendo gênero e diversidade sexual. Nos dois anos de execução do projeto foram desenvolvidos 15 projetos. Este momento do projeto durou dois meses. Na terceira etapa foi feita uma avaliação das intervenções desenvolvidas com todas as pessoas participantes. Esta etapa do projeto foi realizada em um encontro de 8 horas com as(os) educadoras (es).

Os dados a serem analisados nesta pesquisa foram coletados por meio de três fontes e com base em Bogdan e Biklen (1994) e Gil (1999), por meio de três fontes: a) as anotações do coordenador do projeto durante os encontros com base nos depoimentos e atitudes das (os) participantes; b) as produções escritas das (os) envolvidos (as) no curso e c) ficha de avaliação contendo sete questões, sendo cinco abertas e duas dependentes (das 54 pessoas, 42 preencheram a ficha). Os materiais coletados foram interpretados com base nos referenciais de gênero, sexualidade e educação.

Os olhares sobre a temática gênero e diversidade sexual potencializados pelo curso de formação de educadoras(es)

Uma das questões a serem problematizadas no curso esteve relacionada às compreensões sobre **gênero** na sociedade e como isso repercute no ambiente escolar. No início das atividades, notou-se que a maioria das pessoas entendia as caracterizações e diferenças de gênero numa visão biologizante, considerando a existência de domínios e hierarquias de gênero.

Nesta direção, foram desenvolvidas atividades como: dinâmica sobre os papéis de gênero, leitura e interpretação de textos científicos sobre a construção de gênero, análise de perfis de homens e de mulheres conhecidos nacionalmente e exibição e debates dos filmes *Longe do Paraíso* e *o Sorriso de Monalisa*. Por meio dessas estratégias foram feitas discussões sobre as formas de se pensar e viver os gêneros desconstruindo a ideia de naturalização e essencialização.

Nessas discussões um aspecto que veio a tona em vários momentos foi o quanto a reiteração do ser mulher inclui o “cuidado” com o lar e a família. Ela deve manter a casa limpa e em ordem, as crianças tomadas banho e o almoço e o jantar sempre na mesa aguardando a chegada do marido. Embora possa parecer algo ultrapassado, as(os) participantes ressaltavam que isto é visto como algo tão instintivo e natural que é desafiador romper com esses enquadramentos inclusive porque os demais familiares cobram e as mulheres se sentem ameaçadas. Estas questões estão atreladas ao pensamento de que o lugar da mulher é o privado, o do cuidado do lar como se a organização doméstico-familiar fosse um papel natural delas.

No que diz respeito aos relacionamentos, elas e eles comentaram o quanto a mulher é educada para se casar tanto que se não fazê-lo é inferiorizada como a mulher que nenhum homem quis. Uma das participantes inclusive traz uma frase que é muito pronunciada pelas pessoas: *“Uma casa sem homem é a mesma coisa que uma mesa sem jarro”*.

Da mesma forma, se o casamento tiver problemas, ela é estimulada a silenciar, a esconder o que estiver acontecendo e continuar para não assumir o rótulo de “mulher abandonada” ou de “mulher separada”. Uma das cursistas ressaltou este aspecto:

“Quando eu me separei, fiquei com vergonha. Você casou, só a morte separa. Você passa o pão que o diabo amassou, mas tem de viver como marido. Ninguém me ajudou. Após me separar, eu ia do trabalho para casa e da casa para o trabalho. Se eu sáísse, iam falar que eu estava saindo com outro homem. Tinha esse medo de me divertir. Eu fiquei fechada”.

Outro ponto que gerou discussão sobre o “ser mulher” esteve atrelado ao prazer sexual. Conforme apontado pelas(os) participantes, apesar das mudanças na sociedade atual inclusive o fato de as mulheres terem liberdade e direito de escolherem seus parceiros ou parceiras, a mulher ainda discute pouco sobre relação sexual e muitas desconhecem o seu corpo tendo vergonha de se tocar. Foram relatados casos de amigas que não tinham orgasmo com seus companheiros e elas tinham receio e medo de conversar com eles sobre isso.

Em relação ao “ser homem”, um aspecto comentado foi sobre como os homens são estimulados para serem “bons de cama”, não podendo jamais rejeitar uma mulher, tanto que o fracasso dele é brochar. Uma das professoras relatou uma experiência de um senhor que ela atendeu quando era enfermeira e ele estava com uma doença

sexualmente transmissível e quando o médico lhe disse que teria de evitar o sexo até a cicatrização, ele não queria aceitar, pois na sua opinião, *tinha de comparecer*.

Ainda sobre a questão do homem foi mencionado o quanto a sociedade reitera no homem a agressividade como sendo a prova de sua masculinidade.

“A gente não está acostumado a ver um homem carinhoso e delicado. As pessoas já acostumaram ver a grosseria, já homem que bate o papo e entende, a gente suspeita”.

Em se tratando do trabalho doméstico, elas e eles compreendem a divisão das tarefas de casa, todavia, não entendem facilmente que o homem passe a exercer essas funções em detrimento da mulher. Já imaginaram contratar um homem como empregado doméstico? Esta pergunta teve uma resposta rápida das(os) participantes: obviamente não.

Após as discussões, analisando o questionário final aplicado com a turma, observou-se que a maioria (33) já discordava dos padrões de gênero esperado para os homens e as mulheres ressaltando que alguns já vêm sendo desconstruídos e que muitas barreiras estão sendo quebradas. Outras também mencionaram sobre a relevância dos direitos iguais para homens e mulheres e a necessidade de lutar contra as normatizações já que revelam relações hierárquicas de poder.

As demais pessoas (9) ainda concordavam totalmente ou em parte com os estereótipos de gênero. A ideia da maternidade, por exemplo, incluindo o cuidado com os filhos, é considerada por algumas/alguns como privilégio e benção de Deus, não devendo ser questionado. Há um pensamento do “ser mulher” atrelado à dimensão biológica do ser mãe, aquela que gera, amamenta e cria filhas(os) (SARDENBERG; MACEDO, 2008).

“Eu acho que tem coisas que a mulher tem mais habilidade. Tem coisas que fazem parte da natureza. Eu gostava. Eu tinha necessidade de ter filho. Eu queria viver a maternidade”.

Sobre a **diversidade sexual**, no início do projeto, a maior parte das(os) cursistas via a homossexualidade com estranhamento, causando-lhe repulsa e nojo, isso dificultava a abordagem dessas questões na escola, especialmente por conta dos valores tradicionais da família e da Igreja e do receio dos familiares das(os) discentes.

Para mim é um exercício que a gente faz aqui para conviver com os homossexuais.

A minha ideia veio reforçada pela religiosidade. Entendi como pecado, de maneira preconceituosa. A gente teve uma criação que não aceita a homossexualidade.

Durante os encontros, foram relatados casos de estudantes gays e lésbicas nas escolas em que trabalham e de que como os(as) professores(as), os(as) colegas e a família rejeitam e abominam a homossexualidade. Dos exemplos relatados citam-se: criança que foi proibida, pela família, de ir a escola por ser gay; professores(as) com aversão aos alunos homossexuais, especialmente, as lésbicas e turmas em que os(as) colegas insultam o(a) adolescente gay ou lésbica, além de excluí-lo(a) do círculo de amizades.

Após terem participado do projeto, grande parte (35) compreendeu as dificuldades vivenciadas por homossexuais em virtude do preconceito e discriminação e vêem essa exclusão como desrespeito, desumano e ignorância. Embora superem a compreensão da homossexualidade como doença ou distúrbio psíquico, ainda a entendem como opção, ou seja, como algo não esperado, desviante, ainda mantém uma perspectiva em que a heterossexualidade é entendida como referência, normal, naturalizando-a e desnaturalizando a homossexualidade (LOURO, 2009).

“As pessoas assim como eu era preconceituosa, eu acho que deveriam se inteirar desse assunto e começar a ver o lado das lésbicas, gays etc. Pois a pessoa tem que viver da forma que achar melhor não importa a sua sexualidade”.

As(os) demais (7) ressaltaram que ainda têm dificuldades em lidar com a questão embora, na sua percepção, não desrespeitam aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais. Além disso, algumas pessoas ainda divergem em relação ao gays ditos “afeminados” e lésbicas nomeadas “masculinizadas”, ou seja, mesmo em se tratando da homossexualidade querem os enquadramentos dos perfis de gênero.

Sobre a travestilidade e transexualidade, as(os) cursistas, no início, não as diferenciavam em relação à homossexualidade, compreendiam essas identificações como aberrações ou “afetamentos”. Contudo, ao longo das discussões propiciadas pela participação de uma travesti em um momento do curso e pela discussão do filme Transamérica, elas e eles, em sua maioria, entenderam a transexualidade não como uma inversão de gênero, mas como um processo de identificação, além de perceberem como um caminho difícil e doloroso para as pessoas em virtude da exclusão social.

Considerações Finais

Com base nas discussões realizadas, o projeto possibilitou as(os) participantes ampliarem os seus olhares sobre as questões de gênero desestabilizando as perspectivas normativas e essencializadas, contudo ainda tinham dificuldades em questionar algumas características vistas como naturalizadas como é o caso da maternidade para a mulher e da agressividade para o homem.

Sobre a diversidade sexual, embora reconhecessem o preconceito e a discriminação vivenciada por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e entre outras(os) que gera o sofrimento e a exclusão dessas pessoas, inclusive no espaço escolar, ainda há um entendimento de que a heterossexualidade é a sexualidade esperada sendo as outras expressões vistas como desviantes. Nessa direção o discurso religioso, especialmente, das religiões protestantes, corrobora para inviabilizar as discussões sobre diversidade sexual

Enfim, embora as(os) cursistas se percebam mais confiantes e estimuladas (os) para potencializar as discussões sobre gênero e diversidade sexual na escola, ainda é relevante multiplicar os espaços de formação continuada de professoras(es) para que se consiga lidar com outras barreiras presentes no dia-a-dia da sala de aula que dificultam a problematização dessas temáticas.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ALTMANN, H. Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. **Estudos feministas**, v. 15, n.2, p. 333-356, maio-agosto, 2007.
- ALVARENGA, L. F. C.; IGNA, M. C. D. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, D. E.; SOARES, R. F. R. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 62-72.
- ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*; In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D. E.; SOARES, R. F. R. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 31-40.

FERRARI, A. “Monalisa” e Homossexualidades: jogos discursivos e de poder na construção das identidades no contexto escolar. In: COSTA, H. et al. (orgs). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p. 413-422.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, R. D. “Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas!” – estados de negação da homofobia nas escolas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., **Anais...** Caxambu: ANPED, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago, 2008a.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1 ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. vol. 32. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 13-37.

MEYER, D. E. E.; KLEIN, C. ANDRADE, S. S. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 219-239, dez., 2007.

REIDEL, M. (M.). Relato de experiência – Marina Reidel. In: SANTOS, L. H. S.; RIBEIRO, P. R. C. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instância e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011, p.127-131.

ROLAND, B. A adolescência homoerótica no contexto escolar: uma história de vida. In: LOPES, L. P. M. (org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de**

construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 113-134.

SARDENBERG, Cecília; MACEDO, Marcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I.M.. (orgs.). **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: NEIM/UFBA, 2008, v. 1, p. -9-27.

TEIXEIRA, Cintia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade: formação de educadoras/es**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.